



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 11 | Ano 2023

Dayane Augusta S. da Silva

REPENSANDO A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA ENQUANTO CAMPO DO CONHECIMENTO, NARRATIVAS E FAZERES HISTORIOGRÁFICOS

RETHINKING THE WRITING OF AFRICA HISTORY AS A
FIELD OF KNOWLEDGE, NARRATIVES AND
HISTORIOGRAPHIC ACTIONS

RESUMO: No que tange ao projeto abrangente dos pesquisadores africanos escreverem a História do continente por si mesmos e partindo de um ponto de vista endógeno, da construção do conhecimento histórico, este artigo tenciona esboçar as nuances, problemas e questões suscitados a partir da elaboração de uma escrita do ponto de vista africano do discurso histórico, numa perspectiva de longa duração. Convida os pesquisadores de diferentes áreas a refletirem sobre a historicidade do continente, no modo como buscou-se construir uma narrativa que atendesse as necessidades teóricas e práticas “localizadas” a partir do contexto de libertação nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Correntes de Pensamento; Africanos; Descolonização.

ABSTRACT: Regarding the comprehensive project of African researchers writing the History of the continent by themselves and starting from an endogenous point of view, from the construction of historical knowledge, this paper intends to outline the nuances, problems and questions raised from the elaboration of a writing from an African point of view of historical discourse, in a long-term perspective. It invites researchers from different areas to reflect on the historicity of the continent, on how one will seek to construct a narrative that would meet the “localized” theoretical and practical necessities from the context of national liberation.

KEY WORDS: Historiography; Chains of Thought; Africanos. Decolonization.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

REPENSANDO A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA ENQUANTO CAMPO DO CONHECIMENTO, NARRATIVAS E FAZERES HISTORIOGRÁFICOS

Dayane Augusta Santos da Silva ¹

Introdução

Nas últimas décadas do século XXI várias foram as iniciativas no sentido de valorizar, repensar e reescrever a História da África e dos africanos a partir do continente e na diáspora. A reunião destas ações foi desde a construção de portais, sites, blogs, investimento no número de publicações internacionais sobre o continente, até a formação de pesquisadores a partir de centros de pesquisa em história da África que congregam e desenvolvem estudos acerca das dinâmicas políticas e socioculturais do continente. ² O período que se estende da segunda metade do século XIX aos anos setenta do século XX têm sido foco destes projetos, muito embora represente apenas uma fase curta na longa trajetória histórica deste continente (MUDIMBE, 2013).

É evidente que a África continua a ser identificada em alguns meios de comunicação e Livros Didáticos por clichês e preconceitos que tem origem na concepção de que o continente é a-histórico. ³ O discurso sobre a inferioridade africana foi construído com base no conhecimento científico do século XIX, oriundo do darwinismo social e da ideia de que os africanos ocupavam os últimos degraus da evolução das “raças”, “devido à suposta ‘inferioridade racial’, a qual estava condenada sua população de tez escura” (PANTOJA; THOMPSON, 2015; OLIVA, 2004). Esta perspectiva, associada à ideia de um continente da pobreza, fome e miséria do mundo contemporâneo gera o equívoco de que não existem diferenças sociais, políticas e de gênero entre os povos africanos. Como explica Oliva, “o incômodo não está em divulgar os problemas enfrentados pelos países africanos, mas sim de somente fazer referência à África a partir desses problemas” (OLIVA, 2007, p. 197). Nestas críticas, o termo “África” torna-se qualquer lugar, dotado de dimensão homogênea. Ou seja, cria-se um tipo “africano”, uma cultura “africana”, que reduz todo o continente e suas múltiplas culturas a um molde desumanizado, importados do continente única e exclusivamente com a condição escrava (ZAMPARONI, 2007, p. 48).

¹ Docente do componente curricular de História no Instituto Federal de Brasília. Mestre e Doutora em História pelo PPGH da Universidade de Brasília. dayane.silva@ifb.edu.br

² Na sequência constam indicações de sites, portais, blogs e outras plataformas onde encontramos materiais disponíveis sobre a história, os tipos de pensamento e culturas dos povos africanos. São eles: *Buala, Memória de África, Identi-África, Revista Africana Studia, Filosofia Africana, dentre outros*.

³ Segundo Lopes (1995, p. 22), a História da África foi conhecida no Ocidente por meio do paradigma que Hegel descreveu, da inexistência do fato histórico antes da colonização. Este paradigma associa a presença europeia à

No entanto, se antes foi entendida apenas a partir de uma interpretação simplista e reducionista, pautada na ideia de um mundo à parte do qual não temos responsabilidade (MBEMBE, 2014, p. 94); hoje, paulatinamente, em movimentos posteriores à Segunda Guerra Mundial, com as guerras de independência, vêm se reconstruindo no intuito também de conceber uma narrativa do ponto de vista africano do discurso histórico. Assim, no objetivo de traçar reflexões panorâmicas sobre a escrita da história da África como campo do conhecimento e visibilizar suas narrativas, traço problemáticas centrais em torno das correntes e escolas de pensamento surgidas a partir do contexto colonial, e em resposta à historiografia colonial/eurocêntrica.

Narrativas e fazeres historiográficos

É a partir desta constatação, da ideia não consensual na historiografia, de uma pirâmide invertida (LOPES, 1995) que pesquisadores nacionalistas, dentro ou fora do continente, alguns deles participantes diretos do front de batalha nas lutas de libertação, dedicaram-se a refletir sobre a História de uma África Negra centrada⁴, no empenho de uma suposta “descolonização”. Tal produção foi analisada sob diferentes óticas e posteriormente reconhecida como uma historiografia nacionalista, na forma de um fazer histórico. A coleção *História Geral da África* (HGA), patrocinada pela UNESCO (oito volumes), atualmente uma dentre as principais pesquisas sobre a história do continente, a título de exemplo, surge “do desejo das recém-independentes nações africanas de contarem sua história de forma crítica em relação à perspectiva eurocêntrica e estereotipada das obras de então” (SILVÉRIO, 2013, p. 9). Não à toa o conceito de “resistência”⁵ foi fundamental nos volumes VII (*África sob Dominação colonial*) e VIII (*África desde 1935*) para entender a passagem do pré para o pós-colonial, conforme apontam Pantoja e Paiva (PANTOJA, 2016, p. 57; PAIVA, 2014, p. 02).

Nestes volumes, “a ideia de resistência apresenta-se como um conceito fundamental para análise da história africana durante o período colonial” (PAIVA, 2014, p. 02), e firma na historiografia o projeto do sujeito africano enquanto personagem resistente à colonização europeia, invertendo a lógica de uma suposta ‘passividade’ dos africanos frente ao avanço

dominação colonial, demonstrada na segunda metade do século XIX. Tal pensamento corrobora a marginalidade associada ao continente no tocante a sua inserção na economia-mundo.

⁴ Para Lopes (1995, p. 25), indivíduos como Josef Ki Zerbo, Cheick Anta Diop, Franz Fanon, A. Ajayi, B. Ogot, T. Obenga e outros fizeram parte do que ele denomina como “corrente da pirâmide invertida”. Conforme assinalado, trata-se de classificações que não são consensuais na historiografia.

⁵ Resistência entendida enquanto estratégia de luta armada pela libertação, “realizada nos moldes das revoluções modernas, incluindo ações de guerrilha e sabotagem, e organizada em torno de movimentos sociais politizados, partidos e/ou sindicatos, com a presença de um forte discurso nacionalista” Mazrui; Wondji (2012) Apud Paiva (2014).

colonial, sentido produzido até então pela historiografia colonial/eurocêntrica (BARBOSA, 2012, p. 119). Focada na ideia de uma ‘perspectiva africana’, a HGA foi um dos maiores empreendimentos intelectuais do século XX. Para Muryatan Barbosa (2012, p. 217), em linhas gerais, tal perspectiva diz respeito a compreensão da África enquanto totalidade, vista desde seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos de sua própria história e não meros objetos de estudo.

Dado os anos de oficialização, delineamento de suas características e concretização da obra, era algo “social e cientificamente importante para a época, principalmente com o avanço dos povos africanos rumo à independência política” (BARBOSA, 2012, p. 220). Entre os motivos que justificavam a criação do projeto da HGA estava o desejo de “impulsionar uma escrita da história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente, mostrando as contribuições africanas para a civilização humana” (BARBOSA, 2012, p. 212). A UNESCO assumiu o apoio institucional e financeiro do conjunto da obra, muito embora na prática tenha sido construído de forma relativamente autônoma por uma comissão de especialistas majoritariamente africanos, de notório saber em diferentes campos do conhecimento sobre a temática (BARBOSA, 2012, p. 213). E apesar das polêmicas do que se entendeu por ‘perspectiva africana’ na história do projeto, a construção da HGA foi a maior contribuição de especialistas como Joseph Ki-Zerbo (Alto Volta), Ajayi (Nigéria), H. E. M. El Fasi (Marrocos), H. E. A. Hampaté Bâ (Mali), Cheikh Anta Diop (Senegal) e outros, para citar alguns, que buscaram elaborar uma interpretação pós-eurocêntrica do saber histórico.⁶

De forma geral, os volumes da HGA foram planejados e escritos quando as guerras africanas de libertação nacional das então colônias portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné Bissau) ainda estavam em curso. Nesta longa trajetória política, mas também historiográfica, os pesquisadores passaram a explicar tais conflitos recorrendo ao passado e destacando o africano como agente da sua própria história. “Para isso, foi imprescindível retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade, encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países e da própria África” (OLIVA, 2004, p. 24) enquanto unidade política. É nesta tentativa de dotar a África de uma história “acadêmica”, e forjar uma identidade nacional que monumentos de heróis coloniais são derrubados e novas figuras nacionais celebradas, principalmente aquelas que sacrificaram suas vidas na guerra de independência. Escolas são rebatizadas, ruas renomeadas, memórias esquecidas, lembradas. “A celebração aos vultos do

⁶ Há um silenciamento no que tange a participação de intelectuais negras/africanas no projeto da coleção da UNESCO, *História Geral da África*. No que diz respeito a elaboração de determinado pensamento crítico sobre o continente negro, estas pesquisadoras têm ocupado um espaço marginal tanto em âmbito político quanto acadêmico, o que pode constatar ao realizar a pesquisa sobre estas correntes onde a maioria dos pesquisadores predominantemente são homens.

passado demonstra essa tensão entre Memória e História que são meios de produzir significados para um campo político” (PANTOJA, 2016, p. 58). Por essa perspectiva, até então pouco celebrada, o continente possuía uma história tão rica quanto à europeia.

Na capital angolana, por exemplo, como resultado do processo de descolonização, os heróis independentistas criaram um pedestal no coração da cidade para celebrar a figura da famosa rainha N'Zinga Mbandi, entre outras ações. Segundo Pantoja, “esse contexto de ‘recuperação’, na ação desapropriação/apropriação, manifesta-se de maneira atualíssima, com força de confronto ao legado colonial” em várias cidades angolanas, e países africanos (PANTOJA, 2016, p. 58). De igual modo, a historiografia não ficou imune a estes ecos (PAIVA, 2016, p. 19). Para Carlos Lopes, tratava-se “de escrever a História dos povos de África, (...) uma História concentrada nas mudanças sociais, na contribuição africana, na resistência ao colonialismo e no conceito de iniciativa local (LOPES, 1995, p. 26)”. Tendência já assinalada nos anos 1960 em contextos diferentes⁷, mas com propósitos semelhantes, por Amílcar Cabral, Franz Fanon e outros pensadores nacionalistas que acreditavam na ideia do orgulho e afirmação africana (FANON, 2008; 2011). Ou seja, de um lado buscava-se subverter a construção colonial do passado, de outro, elaborar um discurso historiográfico válido sobre a emergente identidade nacional africana.⁸

Tal corrente de pensamento teve grande expressão no continente africano até o final dos anos 1970 e mesmo na articulação e avanço dos movimentos negros do outro lado do Atlântico. As pesquisas enfocavam, portanto, na longa trajetória do continente. “As histórias dos reinos e civilizações africanas foram utilizadas como exemplo da capacidade de organização, transformação e produção africanas, que em nada ficavam a dever para os padrões europeus” (OLIVA, 2004, p. 24). Apesar do mérito de colocar os africanos como agentes de sua própria história, os pesquisadores desta corrente, da historiografia afrocêntrica, foram duramente criticados, pois ao construírem uma escola de pensamento como resposta a historiografia colonial/eurocêntrica acabaram por adotar a mesma estrutura metodológica e dicotômica do colonizador: tradicional versus moderno, oral versus escrito, cultura de subsistência versus de produtividade, povos civilizados e primitivos e etc. Ou seja, a ideia da superioridade africana não existiu sem o simbolismo do olhar sobre a África com base na inferioridade.

É certo que se trata de escolas de pensamento não homogêneas; correntes intelectuais que influenciaram direta ou indiretamente o imaginário coletivo sobre o continente africano.

⁷ Para Macedo (2015, p. 160), “o ano de 1960 foi considerado o “ano africano” devido ao grande número de países que promoveram suas independências da França e Inglaterra através de negociações pacíficas, de avanços moderados e de uma liberdade controlada”.

⁸ Segundo Paiva (2014, p. 20), “apesar do diálogo inevitável entre o pragmatismo político dos anos de 1970-1980 de um lado e a teoria historiográfica de outro não pode reduzir esta última à primeira”.

Algumas tendências fizeram escolas, outras não saíram do papel. Mas, para Mbembe (2001, p. 05), este tipo de construção da história assente na ideia de cunho “radical”, “progressista”, “democrático” e “nacionalista”, entre outras coisas, “conduziu-os a uma atitude ingênua e acrítica em relação às chamadas lutas de libertação; a uma fetichização do poder do Estado e ao sonho populista e autoritário de uma sociedade de massas” (MBEMBE, 2001, p. 05). Afirma o pesquisador:

Sem dúvida que os pensadores africanos levaram a sério o desafio de uma ruptura colonial. Na sua tentativa de serem senhores de si, questionaram, por vezes, a moralidade da modernidade colonial em tom vernáculo. Outras vezes, procuraram utilizar as vantagens materiais do domínio colonial em proveito próprio. Como líderes da resistência num dado momento histórico, muitos deles hesitaram entre opções de princípio e alianças dúbias. Seguindo uma linha em ziguezague, com centenas de pontos de referência, a maioria deles situou-se numa zona ambígua e incógnita de dependência. No seu uso polêmico das ideias ocidentais, importaram novos conceitos e modelos discursivos, a fim de defender novas fronteiras da localidade e de dominar aquilo que consideravam ser as ameaças da modernidade. Ao mesmo tempo, inventaram uma narrativa de libertação construída em torno da temporalidade dual de um passado (tradição) glorioso – embora em ruínas – e de um futuro redimido (nacionalismo) (MBEMBE, 2001, p. 11).

Segundo Mbembe (2001, p. 10), tal corrente de pensamento adotou as categorias do discurso ocidental para validar sua crítica. “Tratou-se não tanto de compreender os fatores que levam à servidão e o significado da servidão, como de postular, em abstrato, a necessidade de libertação do domínio estrangeiro” (MBEMBE, 2001, p. 10). Em sua análise, acusa as narrativas da história dos nacionalistas de superficiais pois, em suma, estes intelectuais expressavam insatisfação quanto as políticas coloniais, mas não punham em causa a estrutura e sistema de exploração. Em outras palavras, não teriam saído plenamente da condição colonial uma vez que continuariam experienciando regimes de dominação marcados pela violência extrema produzidos no período da colonização.

Tomando o afrocentrismo como ponto de partida, os pesquisadores nacionalistas foram acusados de terem elaborado uma “remitologização” da África, tanto quanto os colonialistas já haviam feito, embora por diferentes razões, esquecendo-se da pobreza, exploração e marginalização que assola o continente (PANTOJA; THOMPSON, 2015, p. 3). De acordo com Adjaye “a historiografia nacionalista ao romancear a África foi pobre na práxis e na teoria, não alcançando o seu objetivo de suplantando a tradição histórica colonial” (PANTOJA; THOMPSON, 2015, p. 3). Contudo, na busca de construir uma história da África “acadêmica”, endógena, de perspectiva própria, e criar uma “consciência histórica”, a posição dos pesquisadores africanos foi importante para reverter, ou pelo menos elaborar outras possibilidades das imagens

produzidas como fundamentação do “primitivismo” africano no contexto colonial (RUFER, 2006, p. 69). Completa o pesquisador:

Naqueles anos, uma geração de intelectuais formada nas metrópoles voltava à África não só para repensar sua história em uma explicação que poderia expressar-se em uma linguagem acessível para a comunidade acadêmica internacional, mas, além disto, para expressar – talvez involuntariamente – as tensões inevitáveis que o império e a colonização, a metrópole e sua própria origem haviam impresso neles. (...) A isto se soma a profunda mobilização para instalar uma política simbólica perdurável nos novos estados nacionais surgidos no período independentista, que, na maioria dos países, se desenvolveu na década de 1960 (RUFER, 2006, p. 69).

Paulin J. Hountondji (2008) expõe que o estudo de África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, cuja correntes aqui mencionadas influenciaram o pensamento, faz parte de um longo processo de conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente. Por exemplo, por história africana entende-se o discurso histórico *sobre* a África e não necessariamente um discurso produzido de África ou por africanos, daí a distinção entre os estudos africanistas e africanos (HOUNTONDJI, 2008, 151). Citando caso análogo, em Angola existe um aumento crescente de pesquisadores estrangeiros em sua capital, embora o retorno dessas investigações, em termos de publicação e circulação de obras, seja quase inversamente proporcional à presença destes no país. Ou seja, muita pesquisa sobre Angola, mas publicadas e produzidas para um público externo, nas quais os maiores interessados, portanto, não têm acesso ao que foi escrito e produzido.

Hountondji defende que até um tempo atrás o conhecimento produzido sobre o continente, mesmo que por africanos, dentro ou fora das universidades ocidentais, eram em sua maioria externo. Além disso, aponta que havia uma tendência a investigar temas que são do interesse de um público ocidental uma vez que, na maioria dos casos, “mesmo quando publicava-se em África, as próprias revistas acadêmicas africanas eram mais lidas fora do que dentro de África” (HOUNTONDJI, 2008, p. 157). Ou seja, a atividade científica *sobre* o continente era orientada para o exterior, “destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas” (HOUNTONDJI, 2008, p. 57). O autor afirma que mesmo com os diferentes campos do saber científico regionais, sub-regionais e nacionais de África, da excelência das universidades e centros de estudos africanos, qualificação de cientistas e investigadores, alguns dos quais com carreiras bem consolidadas, como é o caso de Mbembe, ainda há um longo caminho a ser percorrido na tentativa de “responder suas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas”. Comenta Hountondji (2008):

O primeiro passo nesse sentido seria talvez formular “problemáticas” originais, conjuntos originais de problemas estribados numa sólida apropriação do legado intelectual internacional e profundamente enraizados na experiência africana. Os estudos africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África (...). Os investigadores africanos envolvidos nos estudos africanos deverão (...) desenvolver, antes de mais, (...) uma tradição em que as questões a estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas direta ou indiretamente determinada. Então, será de esperar que os académicos não-africanos contribuam para a resolução dessas questões e para a implementação dessa agenda de investigação a partir da sua própria perspectiva e contexto histórico (...). Há que repor a justiça para o continente negro, fazendo com que todo o conhecimento acumulado ao longo de séculos sobre diferentes aspectos da sua vida, seja partilhado com a gente que lá vive (HOUNTONDJI, 2008, p. 158).

Em outras palavras, Mudimbe (2013, p. 12) corrobora a crítica ao afirmar que a questão em causa é que os pesquisadores africanos usaram categorias de análise e sistemas conceituais de uma epistemologia ocidental, quando os próprios africanos poderiam ler, desafiar e reescrever estes discursos como forma de explicar e definir sua cultura, história e existência. Pois, até então, a produção de imagens e discursos africanos revelava-se em grande parte externa ao continente (PANTOJA; THOMPSON, 2015, p. 05), construídas a partir de categorias/representações etnocêntricas. Portanto, o nascimento de outras correntes de pensamento desobrigadas da ideia de uma historiografia afrocentrista, principalmente passados os conflitos diretos com o regime colonial/eurocêntrico, e dado certo pessimismo em relação a reprodução das estruturas coloniais no novo contexto político pós-libertação, surge então, a fim de compreender as complexidades surgidas a partir destas questões. Neste cenário, de uma historiografia pós-colonial, e também da produção historiográfica da África a partir das Diásporas, “instalou-se de novo a dúvida no futuro, considerado incapaz de explicar o presente, quanto mais o passado” (LOPES, 1995, p. 28).

Surge assim nova corrente de pensamento político-intelectual de investigadores africanos, de maior expressão nas décadas de 80 e 90, na interpretação de Carlos Lopes, “despojados de cargas emocionais dos seus predecessores e igualmente preocupados com a previsão”.⁹ Um momento de quebrar as barreiras e tradições impostas pelo colonizador afim de compreender as estruturas propriamente africanas, longe da relação colonizador-colonizado. Face a estas circunstâncias, coube a estes pensadores reconstituírem, em diferentes níveis, contextos e situações, as práticas sociais dos africanos (SILVÉRIO, 2013, p. 14). Nesta nova forma de entender o continente, a história da África passa a ser compreendida “a partir das configurações

⁹ Independente do contexto, parto do ponto de vista de que não existe investigação historiográfica imparcial e neutra. As pesquisas históricas estão cheias de significados, intenções e propósitos de toda ordem, ainda que o tema não pertença a uma esfera política.

internas, intra-africanas, e de sua interação com o mundo extra-africano”, reconfigurando-se numa escala mundial (MACEDO, 2015, p. 9).

Assim, foi preciso desvincular a história moderna africana da história europeia, relacionando-a também ao contexto do Atlântico global e suas especificidades (PANTOJA, 2015; OLIVA, 2004). De acordo com Mbembe (2001), tal “historiografia recente mostra que os africanos deram respostas muito diversas as escolhas que lhe foram impostas pela invasão europeia” (MBEMBE, 2001, p. 22), para além de uma ciência afrocentrada, fato subestimado pelos próprios teóricos nacionalistas. Estes intelectuais entenderam que uma das maneiras de combater pensamentos enraizados sobre uma hipotética apatia dos africanos, frente ao processo de implantação e vigência do colonialismo, perpassava pela inserção de novas temáticas. Dentro ou fora do continente, a questão de gênero, da organização do trabalho, da cultura e da economia, por exemplo, alcançou relevância acadêmica nos últimos anos por fornecer outras perspectivas de interpretação à história da África. Neste sentido, as diferenças étnicas, o espaço político do gênero, e outras historiografias periféricas ao que até então vinha sendo produzido em termos da elaboração de uma “história única” sobre o continente pode ter representado uma ameaça epistemológica à esta narrativa uniforme dos fatos, uma vez que tais temas foram dissipados nos relatos gloriosos da nação:

Nestes processos de ocultação de atores, de silenciamento narrativo de passados dissidentes, de coexistência de memórias marginais e re-criação contingente dos passados sociais, a historiografia é um – e só um – dos espaços de contenda e de tensão no qual a nação, o povo, a comunidade e a etnia se criam e se recriam constantemente, alimentados pelo espaço da realidade social e lhe devolvendo uma imagem diferida, mas nunca acabada, do “sentido” histórico. (...) A exacerbação da diferença é um recurso persistente para criar uma geografia particular nas margens da nação (RUFER, 2006, p. 92).

Portanto, pensar o continente africano passados anos de independência e a construção de processos democráticos próprios no pós independência tem exigido a realização de balanços e a reformulação de ideias, metáforas, narrativas e quadros teóricos sobre o continente. O uso da fonte oral e escritas (que não eram tão escassas para África), neste sentido, têm sido importantes ferramentas neste processo de reflexão.¹⁰ Segundo Toyin Falola (2007), repensar as humanidades na África significa ir em busca de uma *Africana*, “saber africano”, “erudição africana” ou “experiência africana”, de “um conjunto de estudos, conhecimentos e artefatos produzidos na África e relativos a ela”, na ótica de uma história vista de baixo (FALOLA, 2007, p. 24); e representá-la tanto como uma agenda acadêmica quanto como uma agenda política

(FALOLA, 2007, p. 36). De acordo com Falola: “As humanidades devem redefinir, colocando o que é africano no centro. Onde outros veem barbarismo e caos, temos de ver alguma outra coisa. (...) Temos um complexo cultural, uma combinação de culturas políticas e valores estéticos diversos” (FALOLA, 2007, p. 22 – 23).

Nos últimos anos, no entanto, em termos historiográficos, ao mesmo tempo em que se percebe uma continuidade com a ideia de valorização e importância dos africanos enquanto sujeitos/protagonistas de sua própria história; identifico uma quebra em relação ao entendimento do que se compreende desse passado mítico e glorioso, “originário”, “virgem”, “paradisiaco”, e por isso não menos exotizante. No ramo das Relações Internacionais, Direito, Literatura, Ciências Sociais, História e outras áreas por exemplo, buscam (re) pensar a África envolvida em seus múltiplos problemas. A criação e ampliação de universidades no continente africano, diversificação temática das Ciências Sociais e humanidades, centros de pesquisas e arquivos endógenos conferiu maior complexidade aos assuntos debatidos.

No caso do Brasil, em certa medida, isso se deve ao maior interesse dos pesquisadores brasileiros em temas de estudos relacionados ao chamado “Mundo Atlântico” e pela formação de investigadores a partir de núcleos especializados em história da África no país, como o centro de estudos africanos da UFF, UFRJ, UERJ, UFMG, USP, da UFBA e da Universidade de integração internacional da lusofonia afro-brasileira (UNILAB). Também ao fato de que, aos poucos, temos presenciado a inserção nos programas de Ciências Sociais e Humanas a nível de graduação e pós-graduação de autores negros e negras que refletem sobre o Brasil, as desigualdades, o racismo, a história da África, a diáspora africana e o feminismo negro. “São intelectuais que admitem que há muito mais para se conhecer sobre a produção intelectual do mundo e que o conhecimento não se reduz ao cânone, devendo ser constantemente atualizado” (GOMES, 2018, p. 239). Tal postura epistêmica e política tem contribuído com novas questões no seio dos programas de pós-graduação. Falo aqui de uma historiografia nascente feita por intelectuais negros/as que buscam quebrar a hegemonia do homem branco como universal.

Esta historiografia tem reflexos também na forma como os historiadores passaram a enxergar o continente africano, e isso talvez seja indício do interesse e crescimento de pensadores negros/as nas questões do continente negro. Além do mais, efeito de políticas públicas, com a implementação da 10.639/03¹¹ e as cotas raciais, que permitiu o aumento de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras. Com estas mudanças, por exemplo,

¹⁰ Vansina (1981, p. 01), nos explica que as sociedades africanas reconheciam a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como uma forma de preservação da sabedoria dos ancestrais, expresso através de uma tradição. Houve, assim, a sofisticação do uso de metodologias no caso da tradição oral.

¹¹ Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas redes particulares e públicas do ensino fundamental e médio.

investigadores brancos e negros, principalmente do campo da história da escravidão, vêm migrando para os estudos africanos. Academicamente, enquanto intelectuais, a maioria destes sujeitos empregam regras de linguagem, exatidão e investigação que tornam possível a comunicação entre os pares, ao mesmo tempo em que subvertem as regras, questionando a constituição da própria universidade como um todo e as condições de sua produção do conhecimento. A presença destes intelectuais negros/as contesta os padrões de uma única figura para representar o intelectual.

Estes autores e sua produção ainda ocupam lugar subalterno na academia. “Suas obras não constam com regularidade nos programas das disciplinas e não são indicadas” (GOMES, 2018, p. 240). Portanto, a inserção destes intelectuais nos cursos de Humanas e Ciências Sociais em geral, e no campo da História, em particular, tem sido realizada também como um ato político, a presença de seus corpos nos lugares de conhecimento vem modificando o ambiente escolar e universitário. A reivindicação de intelectuais negros/as na academia e a inserção da História da África como disciplina obrigatória sugere não apenas que a história é incompleta, mas também que o entendimento que os historiadores têm desse passado é parcial e limitado. Isto desafia os historiadores como um todo a sair da zona de conforto e quebrar a ideia da “história” enquanto campo de conhecimento neutro, objetivo e imparcial. À medida que intelectuais negros/as resolveram produzir um conhecimento a partir de suas próprias perspectivas e interesses, eles questionaram a adequação, não apenas da forma como a história se constitui enquanto disciplina, mas de suas bases conceituais e premissas epistemológicas.

A questão das diferenças trouxe à tona o debate da classe, raça, etnia, sexualidade, regionalidades para além do campo das “dissidências” acadêmicas, do “complemento”, ou do “caso particular”, reconhecendo sua legitimidade. Neste quesito, Patrícia Hill Collins explica, a título de exemplo, que as “intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu *status* de *outsider within*, para produzir um pensamento capaz de refletir um ponto de vista especial” (COLLINS, 2016, p. 99). Ou seja, o que a autora busca explicar não é que apenas as mulheres negras podem estudar a história de mulheres negras, mas que intelectuais negras têm um ponto de vista particular sobre suas próprias experiências, e traz à luz questionamentos de domínio e objetividade sobre as quais as normas acadêmicas são edificadas. Como explica Spivak (2010):

(...) Uma pedagogia literária, com uma seleção cuidadosa de textos, pode ao menos preparar outro espaço que torne visíveis as lacunas dos slogans do iluminismo europeu – nacionalismo, internacionalismo, secularismo, culturalismo, baluartes dos nativismos – sem participar em sua destruição. Isso, em sentido estrito, é pedagogia des(cons)trutiva. (...) Refazer a história é uma persistente crítica, sem glamour nenhum, eliminando oposições binárias e

continuidades que emergem continuamente no suposto relato do real (SPIVAK, 2010, p. 205).

Com isso, quero reiterar que as políticas afirmativas mudaram o perfil das universidades brasileiras. A entrada de mais negros nas universidades e o reconhecimento do ensino de História da África e cultura dos povos africanos como obrigatórias deslocou temas que foram das margens para o centro do interesse das pesquisas históricas. Tal historiografia tem produzido descentramentos semelhantes aos que surgiram nos estudos históricos nacionalistas, da pirâmide invertida. Contudo, ainda há um desinteresse pela investigação da África e seu passado por ela mesma.

E ainda que reste uma longa caminhada para uma produção historiográfica de História Africana no Brasil, pensando em termos jurídicos, não há universidades que não deem importância para a África no campo das Ciências Humanas e Sociais. Podemos perceber através das publicações editoriais e acadêmicas, que nos últimos anos houve um aumento crescente dos estudos sobre o continente. Ainda que tímida, o crescimento das pesquisas sobre o continente significou uma maior proximidade com a categoria até então difusa, genérica e amorfa “africanos”, para hoje percebê-los enquanto angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos, guineenses etc. Isso é “resultado de ações não muito distantes do presente, pois, não faz muito tempo, a África transitava no esquecimento daqueles que têm por ofício lembrar o que todos esqueceram: os historiadores” (OLIVA, 2004, p. 10).

Em síntese, no caso do Brasil, os silêncios começaram a ser quebrados de maneira geral a partir da formação dos núcleos de pesquisa em história da África, do crescimento do número de publicações sobre a história do continente no contexto internacional, por meio da atuação diversificada dos movimentos negros, da aprovação da lei 10.639/2003 e a obrigatoriedade da disciplina de história da África nas graduações, bem como a implementação das cotas raciais nas Universidades.

No que toca a escrita da história enquanto campo do conhecimento, José Octávio Serra Van-Dúnem, professor de Direito da Universidade Agostinho Neto, em texto que trata das comemorações dos 25 anos de independência de Angola, debate a realidade de África e as possíveis saídas positivas para os processos democráticos que Angola e a África vivem. O autor explica que a virada dos anos 1980 e 1990 ficou marcada por crises internas, além de pressões externas e internas em vários países africanos, o que culminou em abertura política, eleições livres, multipartidarismo, elaboração de constituição, pontos-chaves e necessários, mas que não foram suficientes para criar uma estabilidade política em alguns países africanos (DÚNEM-VAN, 2001, p. 93). Afirma o pesquisador:

Numa linha contrária a do afro-pessimismo e do afro-otimismo, que muitas vezes norteiam os analistas da política africana, situamo-nos num afro-realismo, ancorado na crença de que a África tem uma população jovem, dinâmica, inovadora, desejosa de fazer parte da aventura humana e mais bem preparada para enfrentar os desafios cuja responsabilidade, desde o momento das independências, recai sobre os seus povos e dirigentes. Num momento em que os sistemas democráticos, em todo mundo, têm sido revisitados e questionados quanto ao seu alcance, não devem os países africanos abrir mão da possibilidade de corrigir erros logo de partida, evitando que as estatísticas internacionais se alimentem das suas desgraças (DÚNEM-VAN, 2001, p. 15).

Estamos aqui diante de tendências reflexivas que reivindicam uma abordagem mais localizada, reivindicativa da “diversidade” do continente, sem desconsiderar a legitimidade dos próprios africanos de comunicar/refletir acerca dos problemas que assolam a realidade de África. Na contramão do pensamento de Van-Dúnem, Pio Penna Filho afirma que em questão de segurança, os Estados africanos não têm conseguido solucionar seus problemas e diferenças por meio da negociação político-institucional. Pio afirma que passados 40 anos de independência em alguns países da África, já houve tempo suficiente para que os africanos pudessem estabelecer ritmos próprios e dar sua feição aos novos Estados (PENNA FILHO, 2001, p. 116).

Neste campo de disputas políticas, causas e soluções são levantadas para o problema africano, “resultantes de conflitos étnicos-religiosos e do espectro maior que é a pobreza e as desigualdades sociais – fatores que não são exclusividade do continente africano (DÚNEM-VAN, 2001, p. 92). Portanto, tal corrente é marcada por balanços historiográficos e uma abertura temática que nos leva a conhecer as especificidades do continente africano e nos prova que, ao contrário do que Pio expõe em sua análise, “entre calamidades, dissensões e conflitos, os africanos têm demonstrado a excepcional capacidade de criar e propor alternativas para seus próprios problemas” (MACEDO, 2015, p. 178). O que temos é um campo de disputas dessa história oficial ainda a ser escrita por acadêmicos, africanos ou não, a partir de óticas diversificadas das reflexões históricas.

Considerações finais

Podemos perceber, como dito anteriormente, que os dias atuais têm sido sintomáticos da realização e expansão destes estudos no Brasil e em campo mundial, principalmente após a década de 1980, com o surgimento dos estudos pós-coloniais no mundo anglo-saxônico, como um conjunto de epistemologias que apontam para outros paradigmas metodológicos e pressupõe a necessidade da busca de outros marcos teóricos.

Neste contexto, “os destinadores das teorias pós-coloniais pretendem que elas funcionem, também, como instrumento de análise de relações de hegemonia e desvelamento da

colonialidade do saber segundo uma estratégia de resistência” (MATA, 2014, p. 31) contra o eurocentrismo. Perceber, neste sentido, como a historiografia sobre a África se atualizou e expandiu serve como referencial e contraste das mudanças percorridas por ela mesma, no mundo pós-colonial. Por muito tempo, o continente africano foi relegado ao esquecimento ou à inferioridade; “complexa e diversa, a África, sua história e seus povos precisam ser mais bem compreendidos, e seus papéis na história do mundo, redimensionados” (OLIVA, 2004, p. 32).

Apesar do crescimento destes estudos, uma trajetória longa de pesquisa ainda nos aguarda na tentativa de desfazer os silêncios deixados por essa falta de debate e de produção sobre o conhecimento do continente africano. Dizer isso também significa que estamos olhando para os países africanos de outro modo, na tentativa de compreender as complexidades da produção escrita da história da África no continente e a partir da Diáspora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Muryatan Santana. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto História Geral da África (UNESCO). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, nº 64, p. 211-230, 2012.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DÚNEM-VAN, José Otávio Serra. Angola e África: Realidades e perspectivas. In: PANTOJA, Selma (org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, vol 1, 2001, p. 91-98.

FALOLA, Toyin. Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 36, p. 09-38, 2007.

FANON, Frantz. A experiência vivida do negro. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz Racismo e cultura. SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). **Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições 70, p. 273-286, 2011.

GOMES, Lino Nilma. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In. COSTA-BERNADINO, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson. (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista crítica de Ciências Sociais**, vol. 80, p. 149-160, 2008.

LOPES, Carlos. A Pirâmide invertida- historiografia africana feita por africanos. **Actas do ‘Colóquio Construção e Ensino da História de África**. Lisboa, Linopazas, 1995.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. 1º ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

MATA, Inocência. Estudos Pós-Coloniais. Desconstruindo Genealogias Eurocêtricas. **Civitas**, Porto Alegre, vol. 14, n. 1, p. 27-42, 2014.

MAZRUI, Ali; WONDJI, C. (Ed). **História Geral da África, VIII. África desde 1935**. São Paulo: Cortez, 2012.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol.23, n.1, p.171-209, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013.

MUDIMBE, Valentin-Yves. **A ideia de África**. Luanda, Angola; Ramada, Portugal: Edições Mulemba; Edições Pedagogo, 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista. **Revista Múltipla**, Brasília, vol. 10, n. 16, p. 9 – 40, 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2007.

PAIVA, Felipe. **A polifonia conceitual: a resistência na História Geral da África (UNESCO)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

PANTOJA, Selma Alves. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 8, p. 46-70, dez. 2016.

PANTOJA, Selma Alves; THOMPSON E. As culturas africanas na encruzilhada dos mundos. In: PANTOJA, S; BERGAMO, E. (Org.). **África contemporânea em cena – perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Intermedios, 2015, vol. 1, p. 79-91.

PENNA FILHO, Pio. Conflito e busca pela estabilidade no continente africano da década de 1990. In: PANTOJA, Selma (org.). **Entre Áfricas e Brasis**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001, p. 99-115.

RUFER, Mario. Diáspora exorcizada, a etnicidade (re)inventada: historiografia pós-colonial e políticas da memória sobre o Daomé. **Afro-Ásia**, 34, p. 67-103, 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. Fazer pesquisa em Angola: Notas sobre pesquisa histórica e documental. In. **ABE África – Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v.7, n.7, 2022.

SPIVAC, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Ciência e Cultura**, vol. 59, n. 02, p. 46-49, 2007.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI ZERBO, Joseph. **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. São Paulo; Ática, 1981, v. 1, p. 139-166.

Recebido em: 25/02/2023

Aprovado em: 30/05/2023